

PRECARIZAÇÃO DO SERVIÇO PÚBLICO

A submissão à servidão

NÃO

À REFORMA ADMINISTRATIVA DE BOLSONARO

- ✓ Retira direitos dos servidores públicos
- ✓ Desmonte dos serviços públicos
- ✓ Fim da estabilidade no serviço público
- ✓ Possibilidades de contratação de temporários e comissionados
- ✓ Favorece o apadrinhamento e precariza cargos concursados



#NÃOÀPEC-32/2020



A submissão à servidão é o título do excelente texto de **Cristina Gemaque, servidora do TRT/8ª, filiada ao SINDJUF-PA/AP** que publicamos para reflexão sobre poder, tirania, submissão e servidão.

A leitura nos traz várias reflexões. Uma delas é sobre o cenário de precarização das relações de trabalho agravada pelas reformas previdenciária e trabalhista e, que pode ser aprofundada com a **Reforma Administrativa de**

Bolsonaro. Se aprovada, essa reforma acabará com a estabilidade no serviço público, criando todas as condições para a instalação de um Brasil servil, onde os servidores (não concursados e sem estabilidade) servirão, não à população, mas sim ao seu "Senhor" que o nomeou.

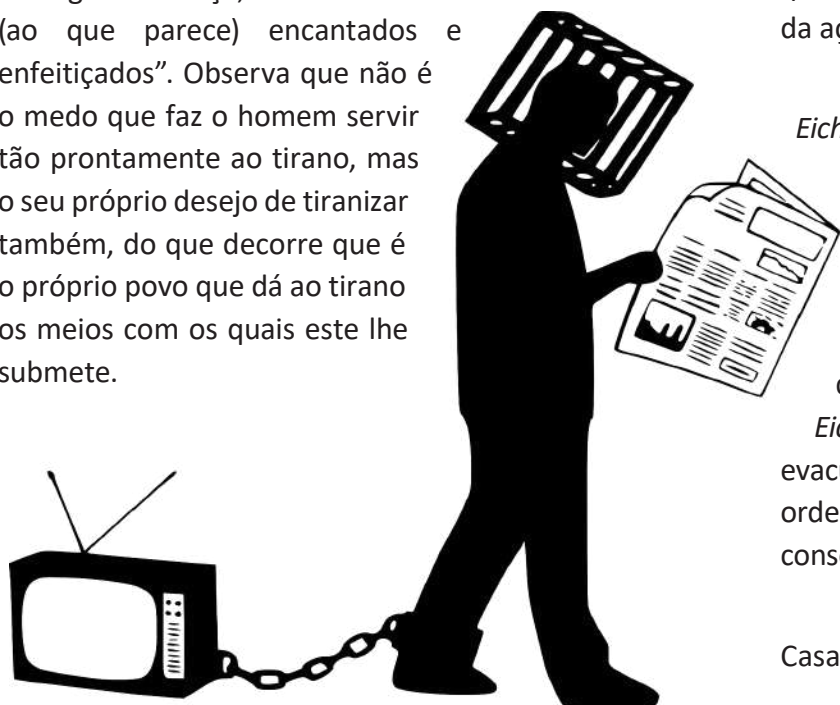
O texto que se encaixa perfeitamente nas questões do nosso cotidiano, foi publicado pelo renomado jornalista paraense Lúcio Flávio Pinto, em seu blog. **Acompanhe:**

As reflexões de Cristina Gemaque lançam luz sobre questões do cotidiano a partir de fontes mais profundas de análise, encaixando na dinâmica do pensamento humano e da história. Por isso, público o artigo que ela enviou ao *blog*.



La Boétie tinha apenas 16 anos, segundo *Montaigne*, quando escreveu o tratado *Da Servidão Voluntária*. Eram muito próximos, tanto que *Montaigne* ficou ao lado de seu leito de morte até o fim, o que não era tarefa para qualquer um, considerando que *La Boétie* provavelmente contraiu a peste. Coube a *Montaigne* publicar a sua obra, 18 anos após seu falecimento, inserida em ensaios. Houve até quem atribuisse a autoria da obra a *Montaigne*, conforme relata *Sarah Bakewell* no livro *Como Viver*, uma biografia de *Montaigne* em uma pergunta e vinte tentativas de resposta.

La Boétie indaga quais os motivos de os homens servirem miseravelmente “não mais pressionados por uma grande força, mas ao contrário (ao que parece) encantados e enfeitiçados”. Observa que não é o medo que faz o homem servir tão prontamente ao tirano, mas o seu próprio desejo de tiranizar também, do que decorre que é o próprio povo que dá ao tirano os meios com os quais este lhe submete.



O desejo da tirania, segundo *La Boétie*, origina-se do desejo de posse e é para a garantia dela que o homem serve voluntariamente ao tirano e aos seus representantes. Reconhece, então, que o costume ocasiona a servidão e esta passa a ser vista como natural. O processo de naturalização da servidão é proporcional ao de desnaturalização da liberdade.

Nesta altura, fica claro que o poder de mando não é imaneente ao tirano, mas provém de quem o serve. Estes “tiranetes” se estruturam de forma hierarquizada, como numa pirâmide, tentando tomar parte do poder do tirano e acabam por tiranizar uns aos outros. Quanto mais no topo o homem se encontra, menos livre ele é, pois mais voltado para o contentamento do tirano ele está; renunciando mais a sua liberdade.

Ainda quanto às relações de poder estabelecidas num sistema político, *Hannah Arendt* resgata a noção anterior à concepção de que líderes mandam e liderados obedecem, no sentido de que uma ação consiste num empreendimento conjunto, em que são partes o líder e os que participam desta empresa. Assim, obedecer ao líder equivale a apoiá-lo; logo, como diz *Arendt*, “**faria muito mais sentido considerar o funcionamento dos “dentes da engrenagem” e das rodas em termos do apoio global e um empreendimento comum do que em nossos termos habituais de obediência aos superiores**”.

Trago à tona esses dois pensadores porque uma das frases mais comentadas ultimamente é a que diz que manda quem pode e obedece quem tem juízo. Ouvi muito essa frase no ambiente de trabalho, sempre me incomodou esse caráter “*Pôncio Pilatos*” da frase, querendo isentar de qualquer responsabilidade o sujeito da ação unicamente por não ser o autor da ordem.

Ao fazer a cobertura do julgamento de *Adolf Eichmann*, responsável pelo transporte de judeus para os campos de extermínio, *Arendt* se defrontou com um funcionário público que obedecia à ordem legal da Alemanha daquela época e que tinha sempre em mente que “uma ordem era uma lei, não havia exceções” – e nas palavras dele, uma ordem de *Hitler* era uma lei –, tanto assim que quando *Eichmann* recebeu ordem de *Himmler* para suspender a evacuação de judeus húngaros, ele ameaçou “pedir novas ordens ao *Führer*”. Então, como condená-lo, se agia em consonância com a ordem legal vigente daquela época?

A escritora *Rosa Montero*, em seu livro *A Louca da Casa*, expõe brilhantemente que a busca de um ponto

de equilíbrio com o poder se dá tanto na esfera pública quanto na privada. As relações de poder estão presentes na vida social, na vida amorosa, familiar e profissional.

Assim como *Arendt* confia menos nos devotados às regras vigentes, Montero desconfia dos puros: **“eles me apavoram. Dessa pureza fictícia nascem os linchadores, os inquisidores, os fanáticos. Não se pode ser puro sendo humano, de modo que os outros vão se adaptando em sua relação mutável e escorregadia com o poder”**.

Arendt destaca o papel do pensamento no processo de distinção entre o certo e o errado, questionando se **“a incapacidade de pensar coincide com um fracasso desastroso do que comumente chamamos de consciência”**. Ela mostra como são frágeis os padrões morais e as regras de conduta e ressalta que por trás da capacidade de julgar por si próprio está o exercício do pensamento, entendido como o diálogo silencioso que se faz entre si e si mesmo, sendo este autoexame salutar na medida em que o homem analisa as condutas morais vigentes e não simplesmente toma delas a sua própria.

A liberdade que temos de interpretar valores, normas e princípios nos torna sujeito de nossas experiências.

Ao recusar essa interpretação, recusa-se à liberdade, faço, portanto, uma correção no ditado para acrescentar um **“não”**: manda quem pode, obedece quem não tem juízo, pois a mensagem da frase é a obediência cega, é a abdicação da faculdade de juízo do homem.

Ou será que esse homem avalia muito bem a situação, mas prefere tirar proveito dela? Nesse caso, ele trocaria sua consciência pela posse de bens, poder, status, servindo voluntariamente, aceitando livremente esse jugo. Quantas atitudes desnecessárias são feitas para agradar, quanto desperdício de tempo e dinheiro para angariar simpatia, quanta energia despendida para **“unir as duas mãos e abraçar a servidão”**?

(Fonte: Texto escrito por *Cristina Gemaque*, publicado no Blog **“Lúcio Flávio Pinto”**)

Diga NÃO à
Reforma
Administrativa
de Bolsonaro!

CONTRA A SERVIDÃO

Servidores públicos promovem ações de mobilização em favor do serviço público

Nesse dia 28, servidores públicos e suas entidades representativas manifestaram indignação aos ataques do governo e contra a Reforma Administrativa.

A lista de maldades contra o serviço público e seus servidores é extensa, passando pela aprovação da Emenda Constitucional do Teto dos Gastos Públicos que limitou os investimentos públicos, pela reforma trabalhista que flexibilizou as relações de trabalho, e fragilizou a Justiça do Trabalho e pela reforma da previdência.

Mais recentemente os servidores enfrentam batalha contra a reforma administrativa, que afeta a estabilidade e os salários, além de provocar privatizações e o aumento da corrupção por meio de apadrinhamentos.

Diante desse cenário, os servidores e servidoras se mobilizaram em atos em vários estados.

O Sindjuf-PA/AP mobilizou sua base para manifestações virtuais que apoiaram o movimento pró serviço público e denunciaram os diversos ataques sofridos pela categoria.

Foi ontem também que o “movimento a serviço do Brasil” lançou o primeiro vídeo da campanha de conscientização e contra a reforma administrativa. O movimento é assinado por federações e sindicatos que representam o setor.

O Fórum das Entidades Nacionais dos Servidores Públicos Federais também lançou um vídeo como parte das atividades da semana do servidor. **A campanha é contra a Reforma Administrativa e em defesa dos serviços públicos.**